

# PROFESSORAS “SUBVERSIVAS”: NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DE MULHERES MILITANTES NO RELATÓRIO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV)

■ PÂMELA TAINÁ WINK DA LUZ

<https://orcid.org/0000-0002-4795-4106>

Universidade de Santa Cruz do Sul

■ DIEGO ORGEL DAL BOSCO ALMEIDA

<https://orcid.org/0000-0001-5715-3591>

Universidade de Santa Cruz do Sul

■ ÉDER DA SILVA SILVEIRA

<https://orcid.org/0000-0002-1242-2126>

Universidade de Santa Cruz do Sul

## RESUMO

O presente texto apresenta parte dos resultados de uma pesquisa sobre as experiências de professoras que integraram grupos clandestinos de resistência à ditadura militar brasileira (1964-1985). A partir da análise dos relatos/depoimentos dessas professoras, presentes no Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e entendidos como narrativas autobiográficas de memória e experiência, concluímos que as acusações de “subversão” a elas imputadas evocaram a sua condição como mulheres “desviantes” por transgredirem o comportamento social que era delas esperado e relacionado à submissão feminina. Se a História da Educação permite não só a análise do passado que se projeta nas fontes, mas também uma reflexão sobre a(s) realidade(s) educacional(is) do presente, as experiências dessas mulheres, ocorridas em um contexto repressivo e articuladas sob a questão de gênero e a sua atuação profissional, irrompem no presente com o recrudescimento de práticas que eram comuns na ditadura militar brasileira e que, nos últimos anos, têm sido frequentes com ataques e perseguição política no meio educacional.

**Palavras-chave:** Professoras subversivas. Militância política. Memória. Narrativas autobiográficas. Clandestinidadade.

## ABSTRACT “SUBVERSIVES” TEACHERS: AUTOBIOGRAPHICAL NARRATIVES OF MILITANT WOMENS IN THE NATIONAL TRUTH COMMISSION (NTC) REPORT

The present text presents part of the results of a research on the experiences of womens teachers who were part of clandestines groups of resistance to the Brazilian military dictatorship (1964-1985). Based on the analysis of the reports/ depositions of these teachers, present in the Report of the National Truth Commission (NTC) and understood as autobiographical narratives of memory and experience, we conclude that the accusations of “subversion” imputed to them evoked their condition as “deviant” women for transgressing the social behavior that was expected of them and related to female submission. If the History of Education allows not only the analysis of the past that is projected in the sources, but also a reflection on the educational reality(s) of the present, the experiences of these womens, occurred in a repressive context and articulated under the gender issue and their professional performance, erupts in the present with the recrudescence of practices that were common in the Brazilian military dictatorship and that, in recent years, have been frequent with attacks and political persecution in the educational environment.

**Keywords:** Subversive female teachers. Political militancy. Memory. Autobiographical narratives. Clandestinity.

## RESUMEN PROFESORAS “SUBVERSIVAS”: NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DE MUJERES MILITARES EN EL RELATORIO DE LA COMISIÓN NACIONAL DE LA VERDAD (CNV)

El texto presenta parte de los resultados de una investigación sobre las experiencias de profesoras que formaron parte de grupos clandestinos de resistencia a la dictadura militar brasileña (1964-1985). A partir del análisis de los relatos / testimonios de estas docentes, presentes en el Relatorio de la Comisión Nacional de la Verdad (CNV) y entendidos como narrativas autobiográficas de la memoria y la experiencia, concluimos que las acusaciones de “subversión” que se les atribuyen evocaban su condición de mujeres “desviadas” por transgredir el comportamiento social que se esperaba de ellas, relacionado con la sumisión femenina. Si la Historia de la Educación permite no solo el análisis del pasado que se proyecta en las fuentes, sino también una reflexión sobre la(s) realidad(es) educativas

del presente, las vivencias de estas mujeres, que se dieron en un contexto represivo y articulado al género y su actuación profesional, estalla en el presente con el resurgimiento de prácticas que eran comunes en la dictadura militar brasileña y que, en los últimos años, han sido frecuentes con ataques y persecución política en el ámbito educativo.

**Palabras clave:** Profesoras subversivas. Militancia política. Memoria. Narrativas autobiográficas. Clandestinidad.

## Introdução

A ideia de “subversão”, historicamente, associou-se à noção de criminalidade. Se no século XIX ela esteve mais ligada à origem social e sobretudo à pobreza, no século XX ganhou um contorno propriamente político. Mais do que a referência a um crime em si, a acusação de “subversão”, compreendida como uma “desqualificação”, configurou-se como um artifício bastante utilizado contra os “criminosos” políticos. Era uma “prática usual dos órgãos repressivos atrelados ao governo” cuja argumentação, em geral, movia-se por alusões de ordem “moral, psíquica ou ética”. É possível dizer que, na “montagem” do estereótipo do que seria considerado comportamento “subversivo”, além das questões políticas a ele ligadas, apareceram mobilizados “valores conservadores como a defesa da moral cristã”, por exemplo. As acusações de “subversão”, em suma, não deixaram de ser também uma “dificuldade de aceitar diferenças” embasada na ideia de “ver o outro como elemento perturbador” (BARBOSA, 2012, p. 16-19).

Para Howard Becker (1997), o “desvio” não está relacionado ao comportamento em si, mas se trata de uma espécie de “rótulo” (BECKER, 1997; 2008) cujo sucesso ou adesão dependerá da força de seu reconhecimento em diferentes instâncias sociais que detêm e que administram o poder nos diversos contextos. O “subversivo”, o “desviante” ou o comportamento que se liga à ideia do “desvio” supõe

a existência de relações sociais que produzem determinadas regras e que exigem o seu cumprimento, fator que acaba por naturalizar determinados comportamentos e “rotular” os indivíduos que não os seguem ou respeitam. Em regimes autoritários, como as ditaduras, por exemplo, os “desviantes” ou os “subversivos” são aqueles que – em grupos ou individualmente – resistem às formas de dominação que ocorrem pelo processo de “naturalização” de alguns comportamentos em detrimento de outros.

Ana Maria Colling (1997; 2004) observou, em suas investigações, que a mulher militante política era encarada como um ser “desviante” não somente porque se insurgia contra a ditadura, mas também porque sua atuação se contrapunha ao “lugar destinado à mulher, rompendo os padrões estabelecidos para os dois sexos”, duas características tidas como “desviantes dos padrões” da “sociedade”. A ideia de subversão, assim, se liga ao contexto que marcava a luta política – resistência ao regime ditatorial, defesa de projetos políticos e sociais contrários ao regime, entre outros – e, ao mesmo tempo, a certo juízo que faziam os agentes da repressão do comportamento das mulheres militantes. Juízo que desqualificava as mulheres como sujeitos políticos por meio de representações bastante difundidas que associavam a imagem feminina ao casamento, ao trato com a família, ao cuidado com os fi-

lhos e limitada ao espaço doméstico (COLLING, 2004).

O texto que segue é parte dos resultados de uma pesquisa desenvolvida ao longo do ano de 2017 que analisou as narrativas das mulheres vítimas da repressão política da ditadura militar. Narrativas que constam no Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), resultado dos trabalhos então realizados pela Comissão a partir de 2011 e publicizados no Relatório em 2014. A investigação integrou o projeto “Educação clandestina e traição: uma história da educação dos comunistas no Brasil da Guerra Fria”, desenvolvido entre os anos de 2015 e 2019. Esse projeto obteve, nas suas duas fases, financiamentos públicos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e também da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (Fapergs). A pesquisa sobre as mulheres militantes e a atuação das organizações políticas de resistência à ditadura militar brasileira no contexto da Guerra Fria foi desenvolvida no Grupo de Pesquisa Currículo, Memórias e Narrativas em Educação que está atualmente vinculado ao CNPq e ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). Inseridas no que foi denominado como o contexto de diversificação de temas e fontes da História da Educação (CATANI, FARIA FILHO, 2005; SILVEIRA, MORETTI, 2017), as investigações de nosso grupo têm possibilitado um acúmulo significativo de reflexões sobre as possibilidades de utilização de fontes até então pouco usuais no campo de estudos histórico-educacional, tais como: inquéritos policiais, jornais e/ou revistas clandestinas, depoimentos/relatos de memória/experiência de militantes e ex-militantes políticos, entre outras. Temos, a partir do trabalho mobilizado pela utilização dessas fontes, explorado novas possibilidades e interlocuções teórico-metodológicas, sobretudo no que res-

peita a categorias conceituais como memória, narrativa e experiência (SILVEIRA, KAHMANN, OLIVEIRA, 2020), além de problematizarmos novas possibilidades temáticas a partir do estabelecimento de relações entre educação (BRANDÃO, 2002; CABANAS, 2002) e clandestinidade (LACERDA FILHO, 2011; OLIVEIRA; SILVEIRA, 2017; SILVEIRA; OLIVEIRA, 2019; NICOLAY; MÜLLER; SILVEIRA, 2019; SILVEIRA; ALMEIDA, 2021).

Do ponto de vista teórico-metodológico, entendemos que as narrativas são fontes de memória e identidade que não dizem apenas sobre quem narra, mas sobre os contextos nos quais se inserem os narradores. Na perspectiva da memória social, as narrativas se conectam a determinados grupos e contextos nos quais são produzidas. As lembranças, nessa chave de leitura, “[...] permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos” (HALBWACHS, 2006, p. 30). Narrativas, na dinâmica entre o recordar e o narrar, associam-se tanto à ideia de um projeto pessoal de vida, que narra sobre si mesmo e outros, quanto às estratégias de construção de identidade: “[...] a narrativa é uma modalidade de pensamento, uma forma de organizar a experiência”<sup>1</sup> (ABRAHÃO, BOLÍVAR, 2014, p. 10, tradução nossa). A experiência se relaciona com a narrativa e a memória, pois “[...] compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (THOMPSON, 1981, p. 15). Dessa forma, as narrativas das professoras permitem vislumbrar um quadro repressivo de extrema violência ligada à sua condição de mulheres e um aparato repressivo que objetivava desqualificar sua militância política e sua condição de sujeitos.

1 “[...] la narrativa es una modalidad de pensamiento, una forma de organizar la experiencia [...]”.

Quando consideramos o tipo de documento que é suporte das narrativas dessas professoras, o Relatório da CNV, o compreendemos como uma fonte sensível (BAUER; GERTZ, 2009) que se relaciona a um passado traumático que faz referência ao coletivo e ao social. Um documento de memória e consciência social que buscou enfrentar traumas de um passado recente de maneira coletiva e que permanece inscrito nas lutas do presente entre os diferentes grupos políticos e sociais que dele fizeram parte ou de seus herdeiros mais recentes. A natureza política e coletiva desse documento acaba por inscrevê-lo, nas relações entre presente e passado, em um “conjunto de estratégias” e de “enquadramento” (CANDAUI, 2011, p. 9) tendo em vista que as narrativas coletadas pela CNV desestabilizam versões oficiais (e também positivas) em relação ao regime militar, reinscrevendo esse passado no campo das lutas materiais e simbólicas do presente (CANCILINI, 2013) quando se considera, por exemplo, os embates entre grupos políticos de esquerda e direita nos últimos anos.

Na primeira parte do texto, apresentamos pontos de nosso percurso investigativo, incluindo, em uma perspectiva historiográfica, pareceres de pesquisadores em relação às atividades que foram realizadas pela CNV (2011-2014) e do conteúdo do Relatório (2014-2015) resultado dos trabalhos de seus membros. Ainda nessa parte, mais detidamente, relatamos alguns momentos do desenrolar de nossa busca pelas professoras consideradas “subversivas” e como, afinal, construímos o mapeamento que embasa nossa investigação. Na primeira fase de nosso percurso de pesquisa, tivemos que lidar com algumas questões no que diz respeito ao Relatório da CNV. A principal delas foi a inexistência, nesse documento, de uma seção específica destinada a tematizar a repressão às professoras, embora exista uma seção temática que explora as questões de gê-

nero, violência e repressão política, ao mesmo tempo em que outra trata da repressão nas universidades e no meio educacional (e aos professores de modo geral). Tendo em vista a existência de um número expressivo de depoimentos de mulheres professoras em nosso mapeamento, compreendemos que essa relação entre a atuação profissional no meio educacional e a questão de gênero necessita ser explorada e analisada com mais atenção.

Na segunda parte do artigo, nos dirigimos aos relatos/depoimentos das professoras entendendo-os como narrativas autobiográficas de memória/experiência que permitem vislumbrar, como já dissemos, um quadro social e político no qual as militantes políticas foram entendidas como “desviantes” e “subversivas” por não corresponderem à imagem tradicional de uma mulher ligada ao espaço doméstico, ao trato com a família, ao cuidado do marido e filhos. Também por serem mulheres, sofreram violências físicas e psíquicas específicas, como ameaças à integridade física de seus filhos e família, além de serem submetidas a torturas que incluíram abusos sexuais e estupro. Algumas mulheres, que estavam grávidas, depois da violência a que foram submetidas, ainda enquanto estavam presas, sofreram, por exemplo, com a experiência do aborto, além de outros traumas de caráter psicológico que as acompanharam durante muito tempo em suas vidas, mesmo já tendo passado muitos anos desses episódios. As atuações políticas dessas mulheres foram “transgressoras” e, portanto, consideradas “subversivas” tanto pelo fato de lutarem e resistirem às imposições de um regime autoritário, quanto porque seu comportamento de gênero não se alinhava ao que fora determinado por esse mesmo regime: uma imagem da mulher, frequentemente difundida, associada às atribuições da mãe, da esposa e da filha. Ideia que não era apenas proveniente dos repressores, mas também se

fazia presente nas organizações clandestinas que participavam da luta política de combate e resistência ao regime militar. Ideias sobre as atribuições “naturais” da mulher que, por causa de sua abrangência nas mais diferentes instâncias do social, não deixariam de ser incorporadas ideologicamente ao que se esperava do “ser professora”.

Por fim, ao buscarmos refletir a partir da questão de gênero, o fazemos por meio da compreensão das relações conflitivas que as mulheres enfrentaram e enfrentam tanto no passado quanto no presente. Partilhamos da ideia de que o gênero não é apenas um campo de estudos, como afirma Natalie Davis (1997), mas também possui uma dimensão ética de auxiliar na percepção da existência das mulheres na história. Assim, o gênero se configura como um modo significativo de compreensão desmistificadora das relações humanas. Trazendo a discussão para a História da Educação e pensando nas narrativas de professoras perseguidas pelo regime repressivo, permitimo-nos apontar interrogações do presente da “realidade educativa e pedagógica” sobre o passado que se projeta em nossas fontes por meio da “investigação histórica” (NÓVOA, 2011, p. 9) justo no momento em que ocorre o recrudescimento de um “pânico moral” (SEFFNER, 2019, p. 40) que aparece ligado à questão de gênero e que tem funcionado nos últimos anos com um dos eixos de inserção de discursos “neoliberais e (neo)conservadores” em movimentos do tipo “Escola sem Partido” (BARZOTTO; SEFFNER, 2020, p. 150).

Ao analisar as narrativas de professoras militantes da ditadura militar brasileira, consideradas como “subversivas” pelo regime nas décadas de 1960 e 1970, concluímos que esses depoimentos/relatos devem ser compreendidos como narrativas de memória e experiência que fornecem os subsídios para a compreensão das dimensões da situação de clandestini-

dade (LACERDA FILHO, 2011) por elas vivenciada em um contexto em que foram vítimas da repressão política. Quando se considera essa dimensão propriamente clandestina das experiências dessas mulheres que militavam em organizações políticas de resistência à ditadura, ainda que o narrado seja por vezes o relato de situações muito duras e violentas, o caráter autobiográfico dessas narrativas permite considerar também a sua dimensão formativa (PASSEGGI, 2008; 2010; ABRAHÃO, 2004; 2006; CUNHA, 1997; CUNHA, 2012; BUENO, 2002; 2006) que permitiu a essas mulheres “revisitar” suas vivências e refletir sobre elas, ressignificando-as, mesmo que não de maneira suficiente para superar a profundidade do trauma como elemento integrante de suas identidades. Também do ponto de vista formativo, seria tentador dizer que essas narrativas fornecem, além da vertigem causada pela sensação de justaposição do passado no presente, (espécie de “revival” de práticas de perseguição, intimidação e controle, provenientes do passado da ditadura), alguns subsídios significativos para percorrer e compreender criticamente os tempos que vivemos.

## Em busca das professoras “subversivas”: breves apontamentos sobre o Relatório da CNV e a presença das narrativas de mulheres vítimas da repressão política da ditadura militar

Um dos primeiros passos de nosso percurso investigativo tratou de identificar a presença das mulheres – como um tema tratado/valorizado – no conteúdo do Relatório da CNV. Ou seja, antes de analisar de forma mais objetiva as narrativas das professoras, buscamos identificar de que maneiras as mulheres apare-

cem no conteúdo do relatório. Esses primeiros passos configuraram-se em momentos-chave de nosso percurso de pesquisa porque, se de um lado a relação entre mulheres e repressão política foi um tema extremamente valorizado pela Comissão, por outro, o relatório não se deteve especificamente ao caso das mulheres professoras, ainda que tenha dedicado toda uma seção à temática da repressão nos meios educacionais, em relação a professores e estudantes de modo geral e nas universidades em particular, sem, contudo atentar para o fato de se tratarem ou não de mulheres.

A pesquisa iniciada em 2017 pelo nosso grupo também levou em consideração as diferentes interpretações, de cunho acadêmico e historiográfico, sobre os trabalhos e as atividades realizadas entre os anos de 2011 e 2014 pela CNV. Algumas considerações parecem aproximar as interpretações acadêmicas, principalmente as que podem ser identificadas como provenientes do campo de produção historiográfica. Uma das principais considerações afirma que apesar de objetivar o direito à memória e à verdade histórica e de ser caracterizada como um mecanismo de justiça de transição democrática, como de resto ocorreu em outros países da América Latina, o não reconhecimento da responsabilidade dos agentes repressivos no que diz respeito às graves violações de direitos humanos no período da ditadura militar brasileira acabou por tornar a justiça de transição inconclusa e causar uma significativa fissura no direito à memória das vítimas.

Na primeira fase da pesquisa, duas perguntas se fizeram presentes e orientaram nossas ações investigativas iniciais. A primeira: quais foram as interpretações acadêmicas a respeito da CNV e do relatório resultante dos seus trabalhos entre os anos de 2011 e 2014? A segunda: como as mulheres e sua relação com a repressão política apareceram no Relatório da CNV?

Compreendemos que essas duas primeiras questões que nos fizemos interligam-se metodologicamente no que diz respeito ao trato com a fonte histórica. Ou seja, antes de nos determos às narrativas das mulheres e das professoras, nosso objetivo mais central, foi necessário compreender algumas características do relatório como um documento em nossa pesquisa e que, como um dos resultados dos trabalhos realizados pela CNV, teve algumas intenções específicas que estabelecem diálogo com o seu contexto de surgimento, discussão, criação e publicação. As próprias características do relatório, sua abrangente dimensão política e social em termos de memória histórica, permitiram que realizássemos uma leitura de cunho crítico, na qual buscamos, afinal, articular e cruzar diferentes partes de seu conteúdo.

A análise das narrativas de professoras, quando se verifica a inexistência de um tópico específico sobre esse tema – perseguição às mulheres militantes e professoras – ao mesmo tempo em que há uma seção especialmente dedicada à repressão perpetrada pela ditadura no meio educacional, por exemplo, guarda relação com essa ideia: o Relatório da CNV, resultado do trabalho de seus membros entre os anos de 2011 e 2014, é um documento de memória cuja dimensão bastante abrangente, coletiva, social e, principalmente, política, referida a um passado ainda bastante recente e sensível (BAUER; GERTZ, 2009) permite caracterizá-lo como um documento de “memórias em construção” (CANABARRO, 2014, p. 215). Tendo em vista que o resultado dos trabalhos não permitiu que se responsabilizasse judicialmente os agentes repressivos diretamente envolvidos em episódios de violação de direitos humanos, a própria fissura da memória das vítimas, causada por essa não responsabilização, tem permitido que o Relatório da CNV possa ser interpretado de diferentes formas,

levando em consideração sua inscrição nas lutas políticas e simbólicas do presente, como já colocado, e nas múltiplas possibilidades de enquadramento dessas “lembranças” que aparecem em um terreno de disputas (CANCLINI, 2013; CANDAU, 2011, p. 9). Ao mesmo tempo, do ponto de vista da pesquisa histórica – mas também de uma perspectiva ética da relação que a pesquisa histórica estabelece com a democracia e com o presente, como informamos ao longo da introdução deste texto –, as narrativas de mulheres que foram militantes políticas e professoras assumem o caráter de “testemunho” de um tempo em que diferentes grupos sociais foram submetidos a experiências traumáticas em um regime repressivo. Assim, levamos em consideração o que asseverou Beatriz Sarlo (2007, p. 24-25) quando diz que a “[...] linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no comum”. Queremos dizer com isso que a não punição dos agentes repressivos deixa uma das intenções iniciais da Comissão em aberto e que essa abertura resulta na fissura da memória das vítimas, o que permite uma permanente reconstrução do conteúdo do Relatório da CNV pelos diferentes grupos que nele são referidos. Grupos que, de certa maneira, existem e persistem no cenário das disputas políticas sobre o passado da ditadura militar brasileira mesmo atualmente, o que traz, como não poderia deixar de ser, implicações de caráter ético aos estudos provenientes da pesquisa histórica.

A CNV foi um órgão temporário criado pela Lei nº 12.528 de 18 de novembro de 2011 e encerrou suas atividades em 10 de dezembro de 2014 com a entrega de seu Relatório final. As cópias dos três volumes do Relatório da CNV são atualmente mantidas e disponibilizadas pelo Centro de Referência Memórias Reveladas na internet, em endereço eletrônico liga-

do ao Arquivo Nacional. Criada para apurar e esclarecer publicamente as graves violações dos direitos humanos cometidas por agentes do Estado entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, período que se situa entre as duas últimas constituições democráticas brasileiras, a CNV teve por finalidade, efetivar o direito à memória e à verdade histórica, além de identificar e trazer ao público mais amplo esclarecimentos sobre quais os locais, as instituições, os indivíduos e as características dessas violações. Pode-se dizer que um dos principais objetivos da Comissão foi:

[...] verificar os meios e contextos em que ocorreram estas graves violações, focando-se não somente nas mais graves, como a tortura, mas também em outras mais sistemáticas e cujas instituições perpetradoras passaram por poucas reformas com vistas à não repetição (TORELLY, 2014, p. 221).

Ainda que o objetivo da Comissão tenha se caracterizado em não focalizar apenas os crimes mais graves como a tortura, conforme explicitado, outras interpretações, do ponto de vista do campo de estudos da história, têm chamado atenção para o que teria sido, afinal, efetivo nesse objetivo de “verificar os meios e contextos” nos quais ocorreu violação dos direitos humanos. Para Carlos Fico (2012), por exemplo, a Comissão não obteve uma efetiva abrangência no que diz respeito às violações. O historiador criticou o fato de que, para a CNV, as vítimas da ditadura foram apenas as pessoas presas, vitimadas pela tortura e pelo desaparecimento. Em sua interpretação, a Comissão fracassou em não inserir pessoas comuns no rol das vítimas. Isto é, aquelas que não fizeram parte da militância de esquerda, mas que foram atingidas e prejudicadas pela ditadura de outras maneiras. De certa forma, pode-se dizer que isso se deve, em boa parte, ao momento político no qual ocorreu a formação da CNV e aos acontecimentos relacio-

nados à transição democrática a partir de fins da década de 1970 e meados dos 1980, quando teve início o processo de ressignificação do passado ditatorial que culmina com as atividades que foram desenvolvidas pela Comissão e possuem como resultado o seu relatório, finalizado em dezembro de 2014. Um dos principais momentos desse processo de quase três décadas – e reconhecido pela CNV em seu relatório – foi a promulgação da Lei da Anistia, em 1979 que:

[...] conferiu o benefício da anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos a estes, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da administração direta e indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos servidores dos poderes Legislativo e Judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes, punidos com fundamento em atos institucionais e complementares. A anistia permitiu a liberdade de centenas de militantes que cumpriam pena em todo o país, bem como o retorno ao solo brasileiro daqueles que se viram compelidos ao exílio (BRASIL, CNV, v1, 2014, p.24).

A CNV procurou atender às demandas dos perseguidos políticos presos no período da ditadura militar, além de reivindicações dos familiares de mortos ou desaparecidos que almejavam informações das circunstâncias das mortes e desaparecimentos de seus parentes. Por outro lado, a Comissão não teve o poder de punir os indivíduos envolvidos nos crimes de tortura. Obedecendo a uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de abril de 2010, e acatando uma ação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que impediu qualquer modificação na Lei da Anistia (1979), foi impossibilitada a penalização dos agentes da repressão. O perdão político da Lei da Anistia incluiu não só presos políticos que haviam sido torturados ou mesmo exilados, mas também agentes

da repressão que permaneceram impunes. Os militares, especialmente, que desfrutavam da proteção que a anistia proporcionou, passaram a se posicionar contra qualquer tipo de alteração que pudesse vir a prejudicá-los.

As Forças Armadas fizeram com que a Lei da Anistia aparecesse, isso desde 1979, como “assunto tabu e atuaram com o poder de veto sempre que o tema entrou na agenda política”. A seu “favor” o “fato de que a sociedade brasileira nunca se mobilizou de forma expressiva em prol de uma política de direitos”, ou mesmo “[...] o apoio velado ou explícito do Poder Executivo, com a morosidade da justiça, a inapetência do Legislativo para com os temas dos militares e dos direitos humanos” (D’ARAÚJO, 2012, p. 50). Essa posição assumida pelos militares resultou em implicações na criação da CNV. Em 2009, o então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva assinou um decreto que criava o Terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos. Nesse mesmo plano estava prevista a criação de uma Comissão Nacional da Verdade, ideia consolidada pela Conferência Nacional dos Direitos Humanos. A possibilidade de que se criasse uma Comissão gerou ameaças de renúncia de cargos por parte dos comandantes militares. O presidente postergou a decisão e a Comissão foi criada apenas em 2011, já no governo de Dilma Rousseff.

A CNV pode ser considerada como um mecanismo de justiça de transição que visou enfrentar, reparar e mesmo superar abusos e violações que ocorreram especialmente durante o período da ditadura militar brasileira, julgando os que seriam responsáveis pelos crimes, incluindo os agentes estatais da repressão política, além de reconhecer e registrar a memória das vítimas na história do país. Em outros países da América Latina, a exemplo de Argentina, Uruguai, Chile, Peru, Guatemala, Panamá e El Salvador, Comissões da Verdade também foram criadas e se reconheceu publicamente

as graves violações dos direitos humanos cometidos, levando em consideração os diferentes contextos sociopolíticos, legais e culturais. No total, foram mais de 30 dessas Comissões criadas ao redor do mundo. O próprio conceito de “transição” pode ser considerado como um elemento novo na linguagem política-jurídica (QUINALHA, 2013). Os processos de transição de regimes autoritários para regimes democráticos nem sempre ocorrem de maneira efetiva, sobretudo quando o tema dos direitos humanos não é suficientemente enfrentado. Assim, “[...] a transição política brasileira” foi marcada “[...] pelo caráter de excepcionalidade característico do período ditatorial anterior” (BAUER, 2015, p. 119).

No caso do Brasil, como já colocado, e devido a diversos fatores, especialmente em relação às pressões das Forças Armadas, a Comissão limitou-se ao reconhecimento e registro da memória das vítimas, sem julgar ou punir os responsáveis pelos crimes contra os direitos humanos, o que se configurou como um dos elementos de uma transição inconclusa nas últimas três décadas que se iniciou com a Lei da Anistia (1979), passou pelas Diretas Já (1984) até chegar ao momento da formação e atuação da CNV (2011-2014). Segundo Carlos Fico (2012), se a Lei da Anistia de 1979 beneficiou os opositoristas da ditadura, também não deixou de consagrar a impunidade dos agentes da repressão. Ao mesmo tempo, as Diretas Já, de 1984, como uma campanha popular que visava a aprovação de eleições diretas, também foi frustrada, já que a escolha para presidente da República foi indireta, como havia sido planejada pelos militares através de uma negociação política. Assim, “frustração diante da impunidade” no caso da não punição dos agentes estatais da repressão, especialmente em relação aos militares, e as marcas de “um processo que não terminou, uma transição inconclusa”, são os elementos característicos da

relação que o país estabeleceu com o seu passado ditatorial (FICO, 2012, p. 38).

O documento, que pode ser visto como um dos resultados dos trabalhos realizados pela CNV entre os anos de 2011 e 2014 e que recebeu o nome de Relatório Nacional da Verdade, apesar de ser considerado um marco significativo na história do país, não fez com que o sentimento de impunidade desaparecesse, visto que os causadores do sofrimento imposto às vítimas não foram efetivamente punidos, embora tenham sido publicamente identificados. É possível, dessa forma, afirmar que o relatório foi um marco importante no processo de transição para a democracia, ainda que tenham permanecido os traumas da repressão, o que é possível observar quando se constata o recrudescimento das ameaças à democracia nos últimos anos, bem como os ataques que vêm sendo realizados à Educação Básica escolar representados por movimentos do tipo “Escola sem Partido”, por exemplo.

O relatório que resultou dos trabalhos realizados pela CNV foi finalmente entregue no dia 10 de dezembro de 2014 para a então presidenta Dilma Rousseff. O documento com o total de 4.300 páginas foi dividido em três volumes. O volume I foi especificamente voltado para as atividades desenvolvidas pela CNV, tais como diligências investigativas, entrevistas e depoimentos que foram colhidos. O relatório se dirigiu, ainda no que se refere ao volume I, para as graves violações dos direitos humanos. Além disso, apresentou conclusões e recomendações da Comissão para a transição democrática brasileira. No volume II, apresentou-se o conjunto de nove textos temáticos redigidos sob a supervisão de membros da CNV. Neles, são abordadas as graves violações dos direitos humanos sofridas pelos diversos grupos, desde a repressão aos movimentos sociais e trabalhadores, até as que atingiram indígenas, homossexuais, pessoas do mundo rural e es-

tudantes. Esse volume tratou também das relações entre a sociedade civil e a ditadura militar. O volume III foi voltado para o tema das mortes e dos desaparecimentos. Esse volume tem uma lista com 434 nomes de mortos ou desaparecidos. Nesse volume, aparecem ainda as circunstâncias das mortes e desaparecimentos, bem como o andamento das investigações da Comissão sobre os casos tratados.

Nos três volumes do relatório, foi possível constatar menções sobre a repressão às mulheres, ainda que esse assunto tenha sido melhor aprofundado especialmente nos volumes I e III. Especificamente no que diz respeito ao volume I, aparece um conjunto de depoimentos que, em sua maioria, apresentam relatos sobre torturas, perdas sofridas ou perseguições políticas no período da ditadura militar brasileira, sendo essas narrativas provenientes de 58 mulheres, enquanto no volume III aparece uma lista de 51 mulheres mortas ou desaparecidas. As mulheres desaparecidas ou mortas do volume III também aparecem em algumas ocasiões citadas no volume I, que trata das investigações sobre mortes e outras violações. Já as mulheres do volume I aparecem em menor número de vezes no volume III, citadas apenas como componentes das narrativas de outras mulheres ou como depoentes de casos analisados pela Comissão.

A presença das mulheres no Relatório da CNV pode ser compreendida de duas perspectivas, uma temática e outra nos depoimentos. Do ponto de vista temático, podemos dizer que essa presença aparece diluída em todo o conteúdo do documento de diferentes formas. Em relação especificamente às narrativas de mulheres, ou seja, no que toca diretamente os depoimentos, entrevistas, relatos e cartas foi possível constatar um número significativo de mulheres. No volume I, contamos 58 mulheres e 80 homens. No volume III, que trata dos desaparecimentos e mortes, contabiliza-

mos 51 mulheres e 383 homens em um total de 434 pessoas. Entre as mulheres que aparecem no volume I, foi possível constatar a profissão da maioria. Das 58, 11 eram professoras, das quais cinco exerciam a profissão na época da ditadura, sendo que pelo menos três delas se mantiveram no exercício do magistério ao longo de suas trajetórias de vida. No volume III, das ocupações e/ou profissões que foram possíveis de mapear, seis eram professoras, três bancárias, uma comerciária, duas donas de casa, uma costureira, uma dançarina, uma empregada doméstica, uma enfermeira, uma estilista, uma geóloga, uma médica, cinco psicólogas, duas jornalistas, uma trabalhadora rural, uma industriária, duas operárias, além de outras três mulheres das quais não foi possível saber de suas ocupações.

Se por um lado a diversidade de ocupações e/ou profissões e atividades exercidas por mulheres indica a abrangência da repressão política em diversos setores profissionais, por outro, o número de professoras atingidas pelos órgãos de repressão da ditadura militar pode ser considerado bastante expressivo quando se compara às demais. A constatação desse dado nos impeliu a problematizá-lo e aprofundá-lo, ainda que não tenha sido mais diretamente trabalhado pela CNV. Como já dissemos, a forte presença do tema no presente e a proximidade de nossas experiências como professora e professores, tendo em consideração os casos que chegam ao nosso conhecimento sobre perseguição a docentes ou, em especial, episódios de misoginia e mesmo de machismo no meio educacional, acabam por nos implicar de maneira direta com o assunto, o que, inclusive, nos motiva a refleti-lo mais detidamente.

**Professoras consideradas “subversivas” e suas narrativas de memória e experiência: repressão**

## e violência entre a recusa dos tradicionais papéis como mulher/professora e a militância política de resistência à ditadura militar

Os depoimentos de professoras que foram militantes políticas ao mesmo tempo em que atuavam nos meios educacionais relatam episódios marcantes de violência física e psicológica, que evocaram, sobretudo, sua condição de mulher. As narrativas acerca dos episódios de violência sofrida, pelo olhar das professoras, demonstram que os agentes da repressão, entre advertências e ameaças (parte de um tipo de tortura psíquica) e violência corporal, que incluía desde choques elétricos a abusos sexuais e estupros (ligados à tortura física), buscavam fragilizá-las e sujeitá-las contrapondo-as a um perfil de mulher que seria o esperado pela ordem ditatorial, limitada ao espaço da casa, aos cuidados com a família, marido e filhos. Seus depoimentos, como narrativas de experiência e memória, permitem vislumbrar a dialética entre subjetividade individual e a relação que suas individualidades estabeleciam com os quadros sociais e de referência mais amplo.

Como militantes políticas de organizações de esquerda, que resistiam à ditadura militar, foram perseguidas pelos órgãos repressivos. Ao serem capturadas, foram presas e sofreram todos os tipos de violência e abusos. Mulheres que tiveram suas trajetórias de vida marcadas pelas violências da repressão e pela clandestinidade política (OLIVEIRA, SILVEIRA, 2017; SILVEIRA, OLIVEIRA, 2019). Como mulheres, foram vítimas de violência relacionada ao gênero, em situações que envolveram abusos sexuais e estupros, além de outras formas de tortura psicológica que objetivavam, mais precisamente, causar perturbações de ordem psíquica (MARTÍN, 2005).

Seu papel como professoras, embora não pareça se fazer presente nas narrativas sobre

as ações dos agentes da repressão, era visto na época como uma espécie de extensão do ideal de mulher ligada à submissão ao homem – o pai ou o marido – ou restrita ao espaço doméstico. A conjugação dos papéis de mulher, militante e professora, marcou o quadro de compartilhamento de experiências que as tornava uma parte do grupo ao qual faziam referência e, ao longo de suas vidas, nele, criaram relações e acabaram estabelecendo visões comuns da realidade em que viviam, do tempo, do passado, do presente e do futuro (HALBWA-CHS, 2006; THOMPSON, 1981).

Suas memórias aludem a um período de forte repressão que teve como pano de fundo a Guerra Fria e onde não havia espaço para a luta política “às claras” e para ideias que contrapusessem o governo de maneira democrática. Os embates entre os diferentes grupos políticos e organizações, tento em vista o contexto autoritário e repressivo, foram empurrados para zonas de invisibilidade e clandestinidade e, por consequência, também de violência (LACERDA FILHO, 2011). Nessa perspectiva, suas narrativas podem ser lidas como o “testemunho” (SARLO, 2007, p. 25) que dá voz ao que era invisível porque marcado pela clandestinidade.

Um outro ponto importante que vale ser lembrado é o da incorporação da imagem da mulher “de família” na figura do “ser professora”. Ao pensar a atuação profissional das professoras sob a ótica de gênero, as pesquisadoras costumam situar o século XIX como o início do processo chamado de “feminização do magistério” que teria se dado a partir da montagem da “identificação entre a natureza feminina e a prática docente no ensino primário”, presente também ao longo de boa parte do século XX (TAMBARA, 1998, p. 49). Ao mesmo tempo, o magistério também teria representado uma oportunidade para o exercício profissional, uma “conquista” na trajetória

das mulheres no mercado de trabalho (SILVA, 2002, p. 96; WERLE, 2005, p. 610).

Pode-se dizer, por outro lado, que as mulheres da década de 1960, de certa forma inspiradas no feminismo<sup>2</sup> – que vinha ganhando força desde a sua primeira onda no final do século XIX e início do XX –, passaram a romper com o que era designado como “próprio” ou “natural” ao seu gênero. Houve maior reconhecimento dos limites da ideia de que o trabalho da mulher seria apenas cuidar dos filhos e do marido. Foi um momento em que se rompia, também, com a ideia de que a mulher não poderia atuar na vida política. Esse comportamento foi visto como uma transgressão, essa transgressão feminina ao padrão patriarcal imposto se manifestou também com a resistência de mulheres à ditadura militar instaurada no Brasil (PAGOTTO; SOUZA, 2016).

Assim, as mulheres professoras que atuaram na militância política clandestina experimentaram, nas múltiplas dimensões de suas vidas, a inscrição de suas trajetórias na tensão de suas experiências sociais e políticas relacionadas ao fato de serem mulheres, ao gênero, portanto. A condição foi a de mulher “subversiva”, que transgredia o que lhe era imposto devido sua atuação política. No que toca à atuação profissional dessas mulheres, é possível dizer também: ainda que o ideal de “ser professora” tenha incorporado do ponto de vista ideológico uma visão mais tradicional da mulher e do feminino, a atividade como professora pode ser considerada, igualmente, uma conquista na trajetória de mulheres na relação com o mercado de trabalho.

Ana Maria Gomes, detida no Sindicato dos

2 Na obra *O que é feminismo*, Branca Moreira Alves (1981) diz que o feminismo se constrói a partir das resistências, derrotas e conquistas que compõem a história da mulher, estando em permanente recriação e buscando a superação das relações hierárquicas entre homens e mulheres e alinhando-se a outros movimentos que lutam contra a discriminação em suas diferentes formas.

Metalúrgicos de Osasco e levada ao DOPS/SP para prestar depoimento, em julho de 1968, relata a reação de um delegado depois que explicou os motivos pelos quais estaria no sindicato naquele momento. Por meio de seu relato, é possível analisar qual seria, na concepção desse agente, o papel de uma mulher:

[...] Nós recebemos um sermão. Ele [delegado] disse: ‘você são moças, jovens, que provavelmente pretendem casar, constituir uma família, e fica muito mal, moças como você estarem frequentando sindicato, estarem metidas nesse tipo de coisa, então você vão para casa, tenham juízo e nunca mais se metam nessa’ [...] É interessante ver em como você se coloca na tua condição de mulher e você consegue resistir a partir dessa condição que a sociedade te dá. Aí foi perfeito: nos enquadraram e pronto. E [é interessante ver] como ele também nos ameaçava com o perigo de não casar, com o perigo de não cumprir com aquilo que toda mulher sonha (BRASIL, CNV, v1, 2014, p.405).

A visão do delegado, conforme o relato, convertia-se em uma advertência: “perigo de não casar, perigo de não cumprir com aquilo que toda mulher sonha”. A possibilidade de não realizar o que seria o esperado para elas deveria se configurar como um motivo de medo ou desgosto. Essa visão foi predominante nas narrativas das professoras que foram vítimas da repressão durante a ditadura militar. A ideia de transgressão se dava não apenas porque integravam organizações políticas contrárias ao regime, mas porque a participação na luta política não era o que se esperava ou se adequava ao seu papel social, associado ao gênero. A ênfase dada pelos agentes repressivos a essa “transgressão” está presente no relato da professora Izabel Fávoro que, junto de seu marido Luiz Andrea, coordenava a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Quando foi presa, em maio de 1970, Izabel foi torturada mesmo estando grávida e, enquanto ainda estava presa, veio a so-

frer um aborto em função da violência física a que foi submetida. Segundo ela, a maior parte das ofensas proferidas pelos torturadores a atacavam em sua condição de mulher:

[...] eles levavam a gente lá para aquele pavilhão, a gente aí, o prazer deles era torturar um em frente ao outro, dizer: ‘Olhe, sua vadia, ele está apanhando por culpa sua, que não quer colaborar’, ou o contrário, era um jogo de tortura psicológica, física, pra desestabilizar a gente. Eu fui muito ofendida, como mulher, porque ser mulher e militante é um carma, a gente além de ser torturada física e psicologicamente, a mulher é vadia, a palavra mesmo era ‘puta’, ‘menina decente, olha para a sua cara, com essa idade, olha o que tu está fazendo aqui, que educação os teus pais te deram, tu é uma vadia, tu não presta’ [...]. (BRASIL, CNV, v1, 2014, p. 766).

É possível afirmar que esse sentimento de estar sendo atacada como “mulher e militante” é muito frequente nas narrativas de muitas mulheres à CNV. Muitas delas relataram sobre os insultos sofridos, semelhantes aos narrados por Izabel Fávoro, como é o caso professora Maria Dalva Leite Castro de Bonet, presa em três momentos diferentes, no Destacamento de Operações de Informação do Centro de Operações e Defesa Interna (DOI-CODI) do Rio de Janeiro:

Até que chega de novo o Magalhães com esta pérola da vida. Eu quero que vocês botem exatamente como ele falou, que eu nunca esqueci: sua puta, esta cona nunca mais vai ver piroca na vida! Aos gritos. E repetia. Nossa, isso eu senti como uma violação. [...] Sempre havia uma marca machista. (BRASIL, CNV, v1, 2014, p. 405-406).

A violência sexual é outra questão muito presente nos depoimentos colhidos pela CNV, principalmente nos relatos prestados por mulheres. A Comissão abordou que o uso da violência sexual nos centros de torturas mostrou a banalização desse tipo de violência como método que vinha a anular a personalidade da vítima (BRASIL, CNV, p.279). A CNV ainda ex-

pressou que, no seu entendimento, a violência sexual pode ser uma forma de tortura quando esta é cometida por agente público visando adquirir informações, castigar, intimidar, humilhar ou discriminar o torturado ou alguém ligado à vítima (BRASIL, CNV, 2014).

Em relação ao caso das torturas (que incluíam abusos sexuais e psicológicos), a tentativa de sujeitar o “corpo da mulher” tinha um objetivo específico e “fundamental” nas práticas de tortura: era “preciso que se entendesse que a militante política era uma mulher desviante, porque poder e política rimam com masculinidade, com virilidade, e não com feminilidade (COLLING, 1997, p. 80). Assim, a atuação dessas mulheres na resistência e na luta política contra a ditadura militar foi considerada transgressora não só porque lutavam e resistiam às imposições de um regime autoritário, mas também devido ao seu comportamento de gênero não se alinhava ao que era esperado ou determinado por esse mesmo regime. A diferença biológica de que são portadoras era considerada o elemento que as despersonalizava, que as destituía como sujeito autônomo, em detrimento de uma visão patriarcal da sociedade, na qual a mulher dependia do seu marido ou do seu pai; ou as desvalorizava como sujeito político, na medida em que a arena política e, sobretudo, a luta política clandestina, não seria o lugar mais adequado ou determinado que a mulher viesse a ocupar.

Nem mesmo as crianças, filhos de militantes, escapavam da repressão da ditadura militar no Brasil. Muitas eram levadas para os centros de tortura, onde acabavam por ouvir os gritos dos torturados, podendo, ainda, serem obrigadas a ver seus pais torturados. Em seu depoimento, a professora Eleonora Menicucci de Oliveira, na época militante da luta armada pelo Partido Operário Comunista, relata que sua filha, com um ano e dez meses de idade, foi ameaçada pelo uso de choques elétricos:

Um dia, eles me levaram para um lugar que hoje eu localizo como sendo a sede do Exército, no Ibirapuera. Lá estava a minha filha de um ano e dez meses, só de fralda, no frio. Eles a colocaram na minha frente, gritando, chorando, e ameaçavam dar choque nela. O torturador era o Mangabeira [codinome do escrivão de polícia de nome Gaeta] e, junto dele, tinha uma criança de três anos que ele dizia ser sua filha. Só depois, quando fui levada para o presídio Tiradentes, eu vim a saber que eles entregaram minha filha para a minha cunhada, que a levou para a minha mãe, em Belo Horizonte. Até depois de sair da cadeia, quase três anos depois, eu convivi com o medo de que a minha filha fosse pega. Até que eu cumprisse a minha pena, eu não tinha segurança de que a Maria estava salva. Hoje, na minha compreensão feminista, eu entendo que eles torturavam as crianças na frente das mulheres achando que nos desmontaríamos por causa da maternidade. (BRASIL, CNV, v1, 2014, p. 409).

Não foram poucas as vezes em que os militares utilizaram a maternidade como forma de causar sofrimento às mulheres, conforme relato de Maria Amélia de Almeida Teles, professora de Artes na época em que foi presa:

[...] Nós fomos torturadas com violência sexual, usaram a maternidade contra nós. Minha irmã acabou tendo parto, tendo filho na prisão. [...] Nós sabemos o quanto a maternidade, o ônus da maternidade, que nós carregamos. (BRASIL, CNV, v1, 2014, p. 408).

Ela ainda relata a experiência de ter os filhos raptados e levados para a sala de tortura onde ela estava:

Tive os meus filhos sequestrados e levados para sala de tortura, na Operação Bandeirante. A Janaina com cinco anos e o Edson, com quatro anos de idade. [...] Inclusive, eu sofri uma violência, ou várias violências sexuais. Toda nossa tortura era feita [com] as mulheres nuas. Os homens também. Os homens também ficavam nus, com vários homens dentro da sala, levando choques pelo corpo todo. Inclusive na vagina, no ânus, nos mamilos, nos ouvidos. E os meus filhos me viram dessa forma. Eu urinada,

com fezes. Enfim, o meu filho chegou para mim e disse: 'Mãe, por que você ficou azul e o pai ficou verde?'. O pai estava saindo do estado de coma e eu estava azul de tanto... Aí que eu me dei conta: de tantos hematomas no corpo. (BRASIL, CNV, v1, 2014, p. 410).

A tortura psicológica buscava causar sofrimento psíquico e moral e acabava por se enquadrar nas práticas de violência que foram utilizadas pelos agentes na repressão, surtindo efeitos devastadores nas torturadas. Com o objetivo de que as torturas seguissem uma espécie de critério científico, buscava-se reduzir os danos físicos para que estes não fossem tão perceptíveis e para que as marcas visíveis logo desaparecessem, elevando o sofrimento da pessoa, porém sem causar óbito. Assim, foram desenvolvidos métodos de tortura que não causaram somente danos físicos, mas psicológicos, como a utilização de técnicas audiovisuais, luzes e ruídos perturbadores. O intuito era produzir perturbações mentais (BRASIL, CNV, 2014).

Outra professora, Jessie Jane Vieira Souza, que foi integrante da Aliança Libertadora Nacional (ALN), presa em julho de 1970, foi condenada a 30 anos de prisão e passou nove anos presa, sendo dois anos em completo isolamento. Em seu depoimento à CNV, ocorrido em setembro de 2013, Jessie Jane também falou das marcas deixadas pela tortura:

Eu sempre digo também que ter vivido muitos anos presa, de certa forma, tem o lado dramático, principalmente nove anos presa. É muito tempo, mas também é um tempo de aprendizagem e a... você tem também o tempo de assentar, de certa forma de apaziguar aquilo que havia sido vivido nos porões. Eu imagino... eu imagino não, eu sei, que os companheiros que saíam do DOI-CODI direto pra rua, muitos não suportaram. Nunca conseguiram sair do DOI-CODI. Evidente que nós nunca vamos conseguir sair do DOI-CODI. Mas saber que é preciso sair é importante. (BRASIL, CNV, v1, 2014, p. 388).

Como mencionado por Jane, muitos ex-presos políticos não suportaram as marcas psicológicas deixadas pela tortura e acabaram por cometer suicídio, como é o caso de Maria Auxiliadora Lara Barcellos, que era estudante de Medicina quando começou a se envolver em atividades políticas do movimento estudantil. Após o AI-5, passou a militar na luta armada, entrou para o Comando de Libertação Nacional (Colina) e, em seguida, à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), organização derivada do Colina que originou a VAR-Palmares. Maria Auxiliadora sofreu inúmeras torturas que causaram um grande trauma que a acompanhou durante toda sua vida, até cometer suicídio no dia 1º de julho de 1976, jogando-se nos trilhos do trem na estação Chalottenburg, em Berlim Ocidental (BRASIL, CNV, 2014).

A bibliografia referente à participação de mulheres em organizações que pegaram em armas para lutar contra o regime militar informa que poucas ocuparam posições de comando em organizações clandestinas de esquerda. Contudo, muitas atuaram ao lado de seus companheiros realizando atividades importantes na luta política da época, como as de pichação, panfletagem, expropriação de bancos, sequestros de avião, instalação de bombas, dando apoio logístico a ações de guerrilheiros e, ainda, muitas vezes, faziam levantamentos de horários e deslocamentos de autoridades que viriam a ser alvo das ações dos militantes (MACHADO, 2008).

Essas visões acerca do papel do homem e da mulher na sociedade adentraram nas organizações políticas de resistência à ditadura, no cotidiano das atividades políticas que eram exercidas nessas organizações. As mulheres permaneceram no papel de namoradas e esposas dos homens militantes, o que deixa claro a dificuldade, até mesmo dentro desses grupos, de descartar uma condição que já era bastante comum na sociedade em geral, que frequen-

temente direcionou os homens para o espaço público e as mulheres para o espaço privado. Apenas após a reorganização das esquerdas no final da década de 1970 é que a questão da mulher passou a ser debatida (COLLING, 1997).

Nosso percurso investigativo sobre a militância política clandestina e sua relação com a educação têm demonstrado que, ao analisar narrativas de experiência/memória de mulheres militantes, a cultura política comunista, sobretudo em sua dimensão educativa, acabou por manter “a hierarquia entre os gêneros e deu continuidade aos papéis socialmente construídos sobre eles”. As lutas feministas, que contemplavam a experiência feminina, foram “secundarizadas na cultura política comunista do Brasil da Guerra Fria” e acabaram sendo rotuladas como “desvio buguês” (CRUZ; SILVEIRA, 2018, p. 279). Apesar de essas mulheres enfrentarem problemas referentes ao gênero, mesmo dentro das próprias organizações de resistência, como foi possível constatar em nossos percursos de investigação, houve relevante participação feminina nessas organizações políticas, em que muitas dessas mulheres também *pegaram em armas* para alcançar os propósitos centrais dessas organizações.

Quando os agentes da repressão evocaram a condição de mulher e, portanto, de gênero, em relação às professoras militantes políticas de resistência à ditadura militar, o faziam em um contexto onde prevalecia ainda a hierarquia de gêneros e os papéis sociais historicamente construídos em torno do masculino e do feminino. Susel Oliveira da Rosa (2016) salienta que, ao longo do processo de formação/educação para a militância, muitas mulheres passaram por uma espécie de “dessexualização”, quando a mulher deveria se transformar apenas em militante, sujeito universal masculino (SUSEL, 2016).

A ideia de “subversiva”, no caso das professoras militantes políticas clandestinas, não se

limitou à atuação como militante, na visão dos agentes repressores. A evocação de sua condição como “mulher” era reforçada pela forte hierarquia entre os papéis sociais do masculino e do feminino que, como vimos, não se limitou às ações e ao discurso das polícias políticas e agentes de controle social da ditadura militar, mas estavam, de maneira ampla, fortemente disseminada na sociedade, incluindo as organizações clandestinas de resistência política ao regime. Essas mulheres transgrediam politicamente porque eram contra a ditadura e eram comunistas; transgrediam socialmente porque contrapunham-se ao papel que lhes era imposto, ligado à figura tradicional da mulher no espaço doméstico, no trato com a família, no lugar de mãe, esposa ou filha.

## Conclusão

Ao analisar os depoimentos/relatos de professoras que foram militantes políticas clandestinas durante a ditadura militar (1964-1985), todos eles presentes no Relatório da CNV (2014-2015), entendemos que se tratam de narrativas de memória e experiência que podem ser vistas como documentos de uma memória social e coletiva traumática. Quando consideramos a condição de clandestinidade vivida por essas mulheres, compreendemos que suas narrativas assumem, do mesmo modo, uma condição formativa, autobiográfica e de testemunho individual, coletivo e, principalmente, político. O Relatório da CNV, também como um documento de memória social e política, foi visto por pesquisadores do campo historiográfico como resultado de um trabalho importante e significativo realizado pela CNV, mas inconcluso do ponto de vista da justiça de transição – e da própria transição democrática do país, vivida a partir de fins dos anos 1970 e ao longo dos últimos 30 anos. As marcas do passado da repressão e a não punição dos agentes respon-

sáveis pelas graves violações dos direitos humanos ao longo do período da ditadura militar causou uma fissura na memória daqueles que foram considerados vítimas da repressão. Por outro lado, o caráter inconcluso dos trabalhos da Comissão, paradoxalmente, permite que a pesquisa em História da Educação, ao refletir sobre as justaposições do presente e do passado, em termos de permanência da fissura da memória e da força do trauma, assumam não só uma posição rigorosa na pesquisa com esse tipo de fonte sensível – de um passado ainda muito recente –, mas também uma dimensão ética de reflexão sobre a realidade mais próxima. Sobretudo quando, implicados diretamente em nossa atuação de educadora e educadores, consideramos a perseguição, a intimidação e a exposição de professores que entendem a experiência educativa – e a educação de modo geral – a partir das dimensões críticas e das diferentes realidades que a compõem.

No que toca especificamente às memórias das professoras militantes da resistência à ditadura, analisadas na segunda parte do texto, podemos concluir que a evocação da condição de “mulher militante” integrou a ideia de “subversão” dos “crimes” que teriam, por elas, sido cometidos. A transgressão era dupla: por serem contrárias e atuarem como militantes na resistência à ditadura e também por não se adequarem ao papel social que lhes foi estipulado como mulher, mãe e esposa. A transgressão do papel como mulher, no papel social que era delas esperado, marcou forte presença nos relatos analisados na segunda parte do texto. Quando lembramos que o sucesso de um “rótulo” depende, em boa parte, do nível de sua adesão, e que isso vale especialmente para a identificação como “subversiva”, constatamos que a transgressão do papel social que era esperado como mulher não se limitou ao círculo dos agentes da repressão ou ao regime ditatorial, mas se fez presente também nas organiza-

ções clandestinas de resistência política, das quais essas mulheres fizeram parte.

Ao tensionar a questão de gênero, buscamos refletir o papel da mulher militante e professora. Como militante, muitas delas passaram por um processo de “dessexualização” como vimos. Como professoras, podemos dizer que a atuação dessas mulheres era, em parte, um dos resultados das conquistas de outras mulheres do passado que tiveram suas primeiras atividades profissionais ligadas ao magistério. Ainda assim, a atuação como professoras, mesmo entre os anos 1960 e 1970, permanecia atrelada ideologicamente à ideia de uma feminilidade doméstica e submissa. Essa percepção do “ser professora”, podemos inferir, acabou por auxiliar no reforço do estigma carregado por essas professoras como mulheres militantes consideradas “subversivas” pelos agentes da repressão.

Ainda que as relações sociais e de gênero tenham sido apontadas no Relatório da CNV, especificamente no conjunto de seus textos temáticos no volume I, que pontuam o caráter das relações de gênero que estruturam e norteiam a vida dos indivíduos nos diferentes grupos sociais, considerando o lugar da “masculinidade” e da “feminilidade” (BRASIL, CNV, 2014, p. 401), o número expressivo de narrativas de autoria de professoras que foram também militantes políticas precisa ainda ser melhor analisado, contextualizado e mapeado. Articular os diversos dados e trechos do Relatório da CNV integra um escrutínio ético e investigativo do ponto de vista da pesquisa histórica, sobretudo quando consideramos, nos últimos anos, o recrudescimento de práticas que eram vigentes na ditadura, como a perseguição, intimidação e exposição de professores considerados “subversivos”. Quando lançamos o olhar para as professoras, não são poucos os casos em que a intimidação ganha contornos específicos relacionados à questão de gênero.

## Referências

- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. Pesquisa (auto)biográfica: tempo, memória e narrativas. *In*: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Org.). **A aventura (auto)biográfica – teoria e empiria**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 201-224.
- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. Profissionalização docente e identidade – narrativas na primeira pessoa. *In*: SOUZA, Elizeu Clementino. (Org.) **Autobiografias, histórias de vida e formação: pesquisa e ensino**. Porto Alegre: EDIPUCRS; Salvador: EDUNEB, 2006. p. 189- 203.
- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; BOLÍVAR, Antonio. Trayectorias epistemológicas y prácticas de la investigación (auto)biográfica en educación em Brasil y España. *In*: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; BOLÍVAR, Antonio (Org.). **La investigación (auto)biográfica en educación: miradas cruzadas entre Brasil y España**. Granada/Porto Alegre: EUG/EDIPUCRS, 2014. p. 8-29.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. 5. ed. Brasiliense, 1985.
- BARBOSA, Júlia Lettícia Camargos. **Conhecendo o inimigo: criminalidade política e subversão, o DOPS mineiro na ditadura militar**. 2012. 154 fls. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade de São João Del Rey, São João Del Rey/MG, 2012. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pghis/DissertacaoJuliaLeticiaBarbosa.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2021.
- BARZOTTO, Carlos Eduardo; SEFFNER, Fernando. Escola Sem Partido e sem gênero: redefinição das fronteiras público e privado na educação. **Revista da FAEEDBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, UNEB, v. 29, n. 58, p. 150-167, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/9043>. Acesso em: 31 jul. 2021.
- BAUER, Caroline Silveira. O debate legislativo sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade da ditadura civil-militar brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, UFRGS, v. 22, p. 115-152, 2015. Dis-

ponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/53185/36144>. Acesso em: 31 jul. 2021.

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René Ernaini. Arquivos de regimes repressivos: fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 173-193.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders: estudos sobre a sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BECKER, Howard Saul. **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade** [v.1]. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade** [v.3]. Brasília: CNV, 2014.

BUENO, Belmira Oliveira. É possível reinventar os professores? A escrita de memórias em um curso especial de formação de professores. In: SOUZA, Elizeu Clementino; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. (Orgs.). **Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si**. Porto Alegre: EDIPUCRS; Salvador: EDUNEB, 2006. p. 219-238.

BUENO, Belmira. Oliveira. O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, USP, v.28, n.1, p. 11-30, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/fZLqw3P-4fcfZNKzjNHnF3mJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 31 jul. 2021.

CABANAS, José María. **Teoria da Educação**. Concepção Antinômica da Educação. Lisboa, ASA, 2002.

CANABARRO, Ivo. Caminhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV): memórias em construção. **Sequência**, Florianópolis, UFSC, n. 69, p. 25-234, dez., 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2014v35n69p215>. Acesso em: 31 jul. 2021.

CANCLINI, Néstor. García. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 2013.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CATANI, Denice Barbara.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da ANPEd (1985-2000). **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, ANPEd, n. 19, p. 113-128, jan./abr., 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gh7nGVYpKmBgiShVFSS-B8Bv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 31 jul. 2021.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher a ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

COLLING, Ana Maria. As mulheres na ditadura militar no Brasil. **História em Revista**, Pelotas/RS, UFPel, n. 1, v. 10, s/p, 2004.

CRUZ, Marcelly Machado; SILVEIRA, Éder da Silva. Gênero, educação e cultura política comunista: reflexões sobre narrativas de mulheres militantes. **Textura: Revista de Educação e Letras**, [s. l], v. 20, n. 44, p. 1-17, Canoas/RS, Ulbra, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/3872>. Acesso em: 31 jul. 2021.

CUNHA, Jorge Luiz da. Pesquisas com (auto)biografias: interfaces em tempos de individualização. In: PASSEGI, Maria da Conceição. ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Org). **Dimensões epistemológicas e metodológicas da pesquisa (auto)biográfica**: Tomo I. Natal: EDUFERN; Porto Alegre: EDIPUCRS; Salvador: EDUNEB, 2012. p. 95-114.

CUNHA, Maria Isabel. Conta-me agora! As narrativas como alternativas pedagógicas na pesquisa e no ensino. **Rev. Fac. Educ.** São Paulo, USP, vol. 23 n. 1-2, p.185-195. Jan./Dez. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rfe/a/ZjJLFw9jhWp6WNhZcgQpw-Jn/?lang=pt>. Acesso em: 31 jul. 2021.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Limites políticos para transição democrática no Brasil. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula; GRIN, Mônica (Orgs). **Violência na História: memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. p. 50-71.

- DAVIS, Natalie Zemon. **Nas margens**: três mulheres do século XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula (Org.). **Violência na História**: memória, trauma e reparação. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- LACERDA FILHO, Mozart. **A experiência da clandestinidade política**: relatos orais de ex-militantes de esquerda durante a ditadura militar (1964-1979). 2011. 213 fls. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista (Unesp/Franca), Franca, 2011. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/mozart-l-filho.pdf> Acesso em: 31 jul. 2021.
- MACHADO, Vanderlei. **Está faltando ela**: a história da resistência feminina ao regime militar nos livros didáticos de História, 2008. Rio Grande do Sul.
- MARTÍN, Alfredo Guillermo. As sequelas psicológicas da tortura. **Psicol., Ciênc. Prof.**, Brasília, Conselho Federal e Regional de Psicologia, [s.l.], v. 25, n. 3, p.434-449, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jpcp/a/sBZjKMFLRFmX6DLkLdSh8wR/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 31 jul. 2021.
- SILVEIRA, Éder da Silva; MORETTI, Cheron Zanini; PEREIRA, Marcos Villela. **Educação clandestina**: educação e clandestinidade. Vol. 1. EDIPUCRS, 2019. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/livro/1275/>. Acesso em: 31 jul. 2021.
- NÓVOA, António. Apresentação. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. III- Século XX. 4.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011, p. 9-13.
- OLIVEIRA, Amanda Assis de; SILVEIRA, Éder da Silva. Educação e clandestinidade: memórias de comunistas brasileiros na União Soviética (1953-1955). **Temporalidades**, Belo Horizonte, UFMG, v. 9, p. 12-31, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5909>. Acesso em: 31 jul. 2021.
- PAGOTTO, Ana. Paula Tamberlini; SOUZA, Wlaumir Doniseti. Mulher e resistência à ditadura civil-militar no Brasil: relatos orais de Âurea Moretti Pires. In: Wlaumir Doniseti de Souza. (Org.). **Sociedade, História e Relações de Gênero**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. P. 119-146.
- PASSEGGI, Maria da Conceição. Memoriais auto-biográficos: a arte profissional de tecer uma figura pública de si. In: PASSEGGI, Maria da Conceição; BARBOSA, Tatyana Mabel Nobre (Org.). **Memórias, memoriais**: pesquisa e formação docente. São Paulo: Paulus; Natal: EDUFERN, 2008. P. 27- 59.
- PASSEGGI, Maria da Conceição. Narrar é humano! Autobiografar é um processo civilizatório. In: PASSEGGI, Maria da Conceição; SILVA, Vivian. Batista. (Org.). **Invenções de vidas, compreensões de itinerários e alternativas de formação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 103-139.
- QUINALHA, Renan. **Justiça de Transição**: contornos do conceito. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Editorial, 2013.
- ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias**. 1 ed. São Paulo: Editora Intermeios, 2013.
- SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SEFFNER, Fernando. Não há dois sem três!: regimes de clandestinidade e processos educativos. In: SILVEIRA, Éder da Silva; MORETTI, Cheron Zanini; PEREIRA, Marcos Villela. (Org.). **Educação clandestina**: Educação e clandestinidade. Vol. 1, Porto Alegre: Edipucrs, 2019, p. 37-56. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/livro/1275/>. Acesso em: 31 jul. 2021.
- SILVA, VIG da. Profissão: professora. In: CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza; SILVA VIG da. (Org.) **Feminização do magistério**: vestígios do passado que narram o presente. Bragança Paulista: Edusf, 2002. p. 95-122.
- SILVEIRA, Éder da Silva; ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. Educação clandestina: a proposição de um conceito. **Educar em Revista**, Curitiba, UFPR, v. 37, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/75265/45102>. Acesso em: 1º dez. 2021.

SILVEIRA, Éder da Silva; KAHMANN, Ana Paula; OLIVEIRA, Amanda Assis. Entre memória e experiência: algumas reflexões teórico-metodológicas sobre narrativas e fontes autobiográficas. **Reveduc – Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos/SP, UFSCar, v. 14, p. 1-17, jan./dez., 2020. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/3245>. Acesso em: 31 jul. 2021.

SILVEIRA, Éder da Silva; OLIVEIRA, Amanda Assis. Narrativas, memórias e experiência na história de uma educação clandestina. In: SILVEIRA, Éder da Silva; MORETTI, Cheron Zanini; PEREIRA, Marcos Villela. (Orgs). **Educação clandestina: Educação e clandestinidade**. Vol. 1, Porto Alegre: Edipucrs, 2019, p. 151-174. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/livro/1275/>. Acesso em: 31 jul. 2021.

TAMBARA, Elomar Antonio Callegaro. Profissionalização, escolar normal e feminização: magistério sul-rio-grandense de instrução pública no século XIX. **História da Educação**, Pelotas, ASPHE/FaE/UFPel, n.

3, p. 35-58, abr., 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TORELLY, Marcelo Dalmás. Das comissões de reparação às comissões da verdade. In: SABADELL, Ana Lucia (Org.). **Justiça de Transição: das anistias às comissões da verdade**. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2014. p. 407-427.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Práticas de gestão e feminização do magistério. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, USP, v. 35, n. 126, p. 609-634, set./dez., 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/arty6Fzg8Qxt7ZCHtFTtk7Hkj/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 31 jul. 2021.

Recebido em: 04/08/2021

Revisado em: 28/11/2021

Aprovado em: 30/11/2021

**Pâmela Tainá Wink da Luz** é historiadora pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) com especialização em Historiografia Brasileira pela Faculdade Dom Alberto. Membro voluntário do Grupo de Pesquisa Currículo, Memórias e Narrativas em Educação, certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Unisc. *E-mail*: [pamelatainawinkdaluz@gmail.com](mailto:pamelatainawinkdaluz@gmail.com)

**Diego Orgel Dal Bosco Almeida** é doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) com pós-doutorado em Educação (em andamento) no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) e membro pesquisador do Grupo de Pesquisa Currículo, Memórias e Narrativas em Educação, certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). *E-mails*: [diegoal@unisc.br](mailto:diegoal@unisc.br) ou [diego\\_dalbosco@hotmail.com](mailto:diego_dalbosco@hotmail.com)

**Éder da Silva Silveira** é doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) com pós-doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e segundo pós-doutorado em Educação em andamento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). Líder do Grupo de Pesquisa Currículo, Memórias e Narrativas em Educação, certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). *E-mail*: [eders@unisc.br](mailto:eders@unisc.br)